



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental

Parecer nº 28/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0011716/2023-55

| PARECER TÉCNICO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (LAS)  |   |  |                     |
|--|---|--|---------------------|
| PROCESSO SLA: 0497/2023  |   | Nº DO PARECER VINCULADO AO SEI:62407774/2023 |                     |
| SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento  |   |  |                     |
| EMPREENDEDOR: Fazenda Rancharia - Eduardo Cardoso Monteiro   |   | CPF/CNPJ: 004.662.636-00                     |                     |
| EMPREENDIMENTO: Fazenda Rancharia - Eduardo Cardoso Monteiro   |   | CPF/CNPJ: 004.662.636-00                     |                     |
| MUNICÍPIO: Monte Carmelo - MG  |   | ZONA: Rural                                  |                     |
| COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT/Y: 18 ° 53 ' 47,529 S   |   | LONG/X: 47 ° 21' 51,808 W                    |                     |
| CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"><li>Situado em área de conflito para uso de recursos hídricos</li></ul> |   |  |                     |
| CÓDIGO   | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017)   | CLASSE                                       | CRITÉRIO LOCACIONAL |
| G-04-01-4  | Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes | 2  | 1                   |
| G-01-03-1  | Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura   |  | 1                   |
| CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:   |   | REGISTRO:                                    | ART:                |
| Jordana Stein Rabelo-Engenheira Florestal  |   | 7781432                                      | MG2023181317        |



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Rosamilia Bello, Servidor(a) Público(a)**, em 17/03/2023, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Servidor(a) Público(a)**, em 17/03/2023, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62578948** e o código CRC **BD09360C**.



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº62407774/2023 (SEI )**

O presente parecer possui como objetivo avaliar a solicitação de licenciamento do empreendimento denominado "*Fazenda Rancharia / Eduardo Cardoso Monteiro*" localizado em área rural, do município de Monte Carmelo - MG.

Com o intuito de proceder a regularização ambiental do empreendimento em 09/03/2023 o empreendedor formalizou mediante o "*Portal Ecossistemas*" a requisição de licença ambiental da Fazenda Rancharia mediante o processo nº 497/2023 SLA, sendo este orientado para Licenciamento Ambiental Simplificado, as atividades exercidas foram classificadas como "*Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura*" e "*Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, código G-04-01-4, de acordo com a Deliberação Normativa COPAM DN 217/2017.*"

Na Fazenda Rancharia é exercida atividade de cafeicultura sendo a área plantada de 301,3 hectares, de forma complementar efetua o beneficiamento de grãos de café. A capacidade nominal de processamento informada é de 723 toneladas por ano.

A área total do empreendimento é de 497,91 hectares sendo a área construída de 4,18 hectares. Possui 16 funcionários, o regime laboral é de 8 horas ao dia, durante 5 dias na semana e 12 meses ao ano.

Para o desenvolvimento da atividade de cafeicultura foi informado que os principais procedimentos efetuados são:

- Realizações de Análise de solo;
- Correções do solo com aplicação de calcário conforme indicação agrônômica;
- Adubações conforme fase de desenvolvimento da cultura;

- Controle de pragas e doenças: Programa de Manejo Integrado de Pragas e Doenças – MIPED, onde são realizados diagnósticos para identificação de causas prevenção e controle;

- Adoção de práticas para controle de pragas e doenças feito por meio de aplicação de agroquímicos e produtos biológicos;

- Colheita mecanizada;

Após a colheita mecanizada o café é submetido ao processo de beneficiamento sendo os grãos lavados e separados, direcionados para secagem no terreiro, posteriormente para armazenagem na tulha, seguindo para o descanso e ao beneficiamento para posterior comercialização.

Na fazenda Rancharia o solo predominante é do tipo Latossolo Vermelho Argiloso, algumas práticas são realizados para controle de processos erosivos, sendo elas: plantio de Brachiaria na entrelinha do café para evitar escoamento superficial; roçada alternada para contenção de água; plantio em nível; "cacimba" (bolsões) para infiltração de água e adoção de curvas de nível nas áreas de plantio e estradas.

Conforme informado no RAS as embalagens de defensivos e outros resíduos “*classe I*” tais como materiais contaminados com óleos e graxas são armazenados temporariamente em depósito coberto sendo posteriormente encaminhados para empresas especializadas. O lixo doméstico é encaminhado a coleta pública do município de Monte Carmelo.

O empreendimento enquadra-se como tendo “*fator locacional 1*” por estar inserido em *Área de Conflito Para Uso de Recursos Hídricos* ( DAC nº 007/2005 ). Foi apresentado Estudo Referente a Critério Locacional pelo fato do empreendimento estar inserido em Área de Conflito para Uso de Recursos Hídricos. Conforme o referido documento:

*“O empreendedor realiza na propriedade medidas a fim de interferir o mínimo possível em sua AID e na AII. Algumas medidas citadas aqui são o monitoramento dos volumes e dos*

*tempos de captação, a obediência aos valores outorgados, o monitoramento dos sistemas de irrigação a fim de garantir maior eficiência e o manejo da irrigação para garantir que a água seja utilizadas somente quando necessário. Além dessas medidas, a AUA realiza a gestão dos usos de água da propriedade em conjunto com todos os outros do trecho".*

O empreendimento faz uso de recurso hídrico necessário ao processo de irrigação de café via gotejamento e uso industrial para o beneficiamento dos grãos mediante captação superficial e também mediante captação advinda de 2 poços tubulares usados para uso humano. Foi apresentada 3 regularizações sendo a primeira através de Portaria Outorga superficial nº 00348/2021 de 04/05/2021, a segunda regularização para uso de água subterrânea por intermédio de poço tubular sendo correspondente à Portaria nº. 1906468/2022 de 15/09/2022 com vazão autorizada de 7,50 m³/h e um segundo poço referente à Portaria nº. 1907156/2022 de 30/09/2022 de 5m³/h. Ressaltamos que deverá ser respeitado estritamente a vazão e o período de captação estabelecido nos processos autorizativos obtidos.

Conforme documentos apresentados no processo parte da Reserva Legal da Fazenda Rancharia está compensada fora da propriedade, sendo:

- 1) Reserva da matrícula 5.675: 17,1905 hectares (ha) averbados na matrícula e 5,5486 ha compensada na mat. 29.114 – totalizando 22,7391 ha;
- 2) Reserva da mat. 7.14: 4,5303 ha averbados na matrícula e 5,4346 ha compensada na mat. 29.114 - totalizando 9,9610 ha;
- 3) Reserva da mat. 7.730: compensada na mat. 29.114 – total de 5,8 ha;
- 4) Reserva da mat. 25.950: averbada na matrícula - total de 12,1 ha;
- 5) Reserva da mat. 27.893 compensada na mat. 27.892 - total de 0,61608 ha
- 6) Reserva da mat. 28.114 compensada na mat. 29.114 - total de 30,5853 ha;
- 7) Reserva da mat. 30.835 compensada na mat. 40.292 - total de 3,6308 ha.

Totalizando portanto, 85,4362 hectares de Reserva Legal, não inferior a 20%, conforme exigido pela lei.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada a *“Fazenda Rancharia / Eduardo Cardoso Monteiro”*, para as atividades de *“Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”* código G-01-03-1 e *“Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, código G-04-01-4”*, município de Monte Carmelo /MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das medidas citadas no RAS e das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como de toda legislação ambiental pertinente.

Esclarecemos que esta decisão foi embasada nos estudos apresentados, vale salientar que a veracidade das informações, segurança das construções e eficiência dos sistemas de controle são de inteira responsabilidade do empreendedor e responsáveis técnicos.





**ANEXO I**

**CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo **SEI nº 1370.01.0011716/2023-55**

**CONDICIONANTES GERAIS**

**CONDICIONANTE Nº: 1**

Descrição da Condicionante:

Apresentar relatório técnico e fotográfico acompanhado de ART- Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional legalmente habilitado indicando o correto funcionamento, limpeza e manutenção das fossas sépticas.

**PERÍODO DE EXECUÇÃO:** Durante a vigência da Licença Ambiental

**FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO:** Anualmente

**PRAZO PARA PROTOCOLO:** Apresentar em até 30 dias após Período de Execução da condicionante

**CONDICIONANTE Nº: 2**

Descrição da Condicionante:

Apresentar relatório técnico e fotográfico acompanhado de ART- Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional legalmente habilitado indicando a gestão adequada dos sistemas de controle ( tais como organização, manutenções físicas e limpezas de: áreas de armazenagem temporária de resíduos sólidos, canaletas e tubulações de coleta de efluentes do lavador, das áreas de armazenagem e abastecimento de combustível, áreas de armazenagem de defensivos agrícolas, oficinas, áreas de manutenção, entre outras).

**PERÍODO DE EXECUÇÃO:** Durante a vigência da Licença Ambiental

**FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO:** Anualmente

**PRAZO PARA PROTOCOLO:** Apresentar em até 30 dias após Período de Execução da condicionante

**CONDICIONANTE Nº: 3**

Descrição da Condicionante:

Apresentar relatório técnico e fotografico acompanhado de ART- Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional legalmente habilitado indicando o estado de preservação das Áreas de Preservação Permanentes, de Reserva Legal e demais remanescentes de vegetação nativa indicando o estado de conservação. Indicar quando pertinentes ações realizadas e a





realizar (tais como ações para prevenção e combate a incêndios, isolamento da presença de animais domésticos, projetos e ou ações para promover recomposição de vegetação quando pertinentes mediante apresentação de PTRF - Projeto Técnico de Recomposição da Flora, entre outros).

**PERÍODO DE EXECUÇÃO:** Durante a vigência da Licença Ambiental

**FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO:** Anualmente

**PRAZO PARA PROTOCOLO:** Apresentar em até 30 dias após Período de Execução da condicionante

### PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO

#### CONDICIONANTE Nº: 4

Descrição da Condicionante:

Apresentar, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

O relatório deve conter as seguintes informações, apresentadas no formato de tabela:

1. Resíduos (Denominação do resíduo; Origem; classe conforme NBR 10.004, ou a que sucedê-la, e Taxa de geração (Kg/mês) de todos os resíduos gerados);
2. Transportador (Razão Social e Endereço Completo do transportador de cada um dos resíduos) e;
3. Destinação Final (Indicar a forma de destinação\*; Razão Social, Endereço completo Nº processo de licenciamento e validade, dos responsáveis pela destinação de cada um dos resíduos).

\*Formas de Destinação:

- 1 - Reutilização;
- 2 - Reciclagem;
- 3 - Aterro Sanitário;
- 4 - Aterro industrial;
- 5 - Incineração;
- 6 - Co processamento;
- 7 - Aplicação no solo;
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada);
- 9 - Outras (especificar).

Orientações/ Recomendações:

1. Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.
2. Se realizadas doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
3. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de



resíduos deverão ser mantidos pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

4. Observar sobre a facultatividade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, caso o empreendimento esteja indicado no disposto no artigo 2, inciso II da Deliberação Normativa Copam nº 232, de 27 de fevereiro de 2019, considerando os prazos estabelecidos pela própria Deliberação.

**PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO:** Resíduos Sólidos

**PERÍODO DE EXECUÇÃO:** Durante a vigência da Licença Ambiental

**AFERIÇÃO:** Outra - De acordo com a operação do empreendimento

**FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO:** Semestralmente

**PRAZO PARA PROTOCOLO:** Apresentar em até 30 dias após Período de Execução da condicionante

**Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa Copam nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.